

OS POVOS PIPIPÃ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB

Valmir dos Santos Batalha¹ (PUC – SP).

Pipipã; reconhecimento; racismo.

Este artigo pretende contribuir para uma reflexão do povo Pipipã, habitantes da Caatinga do sertão de Pernambuco, cuja aldeia (Pedra da Tinideira Pipipã), que fica 450 km da capital do Estado, foi afetada pelo canal para a transposição das águas do rio São Francisco.

Essa sociedade indígena permaneceu por muitos anos no anonimato e foi lutando pela sua sobrevivência no silêncio, com medo da morte e da discriminação dos invasores de suas terras, religião e cultura. Homens, mulheres e crianças embrenhados no Sertão e que por muitos anos foram ignorados por órgãos que deveriam protegê-los. É possível observar que os povos indígenas brasileiros, independentemente da etnia, região ou localização, enfrentaram e continuam enfrentando problemas como esses: foram esquecidos ou se deixaram esquecer para manterem-se vivos, preservando sofredamente sua língua, origem, costumes e cultura.

¹ Aluno do programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (Doutorado), bolsista da CAPES. Dr^a. Dorothea Voegeli Passatti, orientadora. Membro do Núcleo de Pesquisa: INANNA, Núcleo Transdisciplinar de Investigação de Teorias de Gênero – PUC SP. Professor na Faculdade de Teologia e Filosofia Paulo VI – Mogi das Cruzes – SP.

Neste contexto, a luta pela demarcação das terras tradicionais pertencentes a essa nação castigada, não só pelo tempo, mas pelas políticas sociais e o racismo é apresentada para mostrar, esclarecer e divulgar seus problemas, dificuldades, conquistas e o modo de vida desta sociedade que se mantêm viva e deseja continuar existindo.

Os primeiros conflitos que se têm notícia envolvendo os índios da Ribeira do Moxotó, às margens do rio São Francisco, ocorreram por volta de 1675, quando foi discutida a Carta do Governador Geral do Brasil. No documento, ele relatava que:

[...] Haviam se rebelado algumas aldeias da parte norte do referido rio, persuadidas do principal de uma, e que havia enviado Francisco Dias Ávila com cem homens brancos, além dos índios à sua custa, com ordem que de nenhuma maneira fizesse guerra, senão que em primeiro lugar fosse de paz ao principal ofendido e o persuadissem a vir com ele para a vizinhança da Bahia aonde ele governador lhes daria terras, e seriam conservados em sua liberdade e do mesmo modo falasse com os principais das outras aldeias e quando os não pudessem reduzir com razões e promessas, os obrigassem por força (MEDEIROS, 2005, p.02)

Relatos sobre os Pipipã, datados de 1713, falam que essa sociedade estava agregada a outros povos indígenas do sertão nordestino, entre eles, os Xocó, Guegue, Uman e os Carateú. O documento é uma carta do governador endereçada ao capitão-mor João de Oliveira Neves. Arcanjo (2003) citando Medeiros (2000) diz: “... onde comenta que havia lhe chegado a notícia de que na Ribeira do Pajeú se achava revolto o gentio Xocó e que estes tinham agregados os Guegue, Uman, Carateú e Pipipã” (ARCANJO, 2003, p.40).

Após os conflitos, os índios do sertão perambulavam pela caatinga fugindo dos perseguidores que tinham objetivos claros: tomarem posse das terras que ocupavam quando não os escravizavam. O frei Vital de Frescarolo (missionário capuchinho-italiano) em Carta datada de 04 de setembro de 1802 diz que a resposta dos índios para a violência estalada na região se deu por motivo dos maus tratos recebidos por parte do governo e dos invasores:

Eu não sei quais foram os primeiros agressores; porque este fato foi acontecido, segundo me disseram que há mais de vinte anos, quando eu ali ainda não estava [...] aqueles índios, ainda que poucos em números, são com tudo resto de quatro diferentes nações bárbaras, que conservando-se na sua rebelião entre serras e brechas incultas [...] eles facilmente forjem... (FRESCAROLO, 1802, p.104).

Frei Vital de Frascarolo teve seu primeiro contato com os Pipipã em primeiro de agosto de 1882: o encontro ocorreu com dois Pipipã na Ribeira do Moxotó. O

missionário perguntou “por que eles estavam no mato” e eles prontamente responderam que tinham medo dos brancos. Logo, os índios lançaram um convite ao missionário para ir até um local conhecido por Jacaré. (FRASCAROLO, 1802, p.107).

No dia 12 de agosto de 1802, ao cair da tarde, o capuchinho italiano chegou ao local indicado pelos índios bravos. Ao chegar não encontrou ninguém. No dia seguinte “às 5 horas da tarde é que apareceram 4 correios dos ditos gentios” (FRASCAROLO, 1802, P.108). Ao chegarem, entregaram ao frei seus arcos e flechas que portavam. Eles ainda com medo, foram interrogados pelo visitante sobre os demais membros da etnia. Os informantes logo responderam “que vinham muito devagar em razão da fome, dos velhos e dos meninos, mas que amanhã, até depois como sem falta estavam todos neste lugar” (FRASCAROLO, 1802, p.108). Observa-se desta forma, as condições deploráveis em que se encontravam os povos Pipipã.

No dia 15 de agosto de 1802, às 16h chega o povo, abatido pelo cansaço e pela fome. Frascarolo descreve: “tive o inexplicável contentamento de ver-me cercado, e ter na minha presença 114 gentios brabos, que é o número total deles, entre machos e fêmeas, grandes e pequenos” (FRASCAROLO, 1802, p.108). O primeiro contato foi amistoso, apesar dos membros do povo Pipipã serem conhecidos como bravos e violentos. Nos escritos de Frascarolo, não é encontrada a palavra Pipipã e sim Pipipões. Acredita-se que o nome Pipipã surge com o rompimento político da nação Kambiwá.

Os Pipipões foram aldeados na Lagoa Jacaré, próxima da Serra Negra. O local foi escolhido por ser abundante em caça, mel e também porque na Serra do Periquito podiam plantar mandioca. “A cabo de dez dias, vendo que já estavam contentes e pacíficos, tratei com eles aonde havíamos de fazer a aldeia; todos juntos responderam, que queriam este lugar de Jacaré, porque há muito mel e bicho para comer, e plantaram mandioca na Serra do Periquito, distante deste Jacaré três léguas boas, e já perto da Serra Negra” (FRASCAROLO, 1803, p.109).

Das diversas etnias encontradas pelos portugueses em abril de 1500 pouco restou, muitas dessas foram dizimadas ou obrigadas a fortalecer-se com outros povos para garantir sua sobrevivência, como foi o caso dos Pipipões que até pouco tempo atrás estavam convivendo com os Kambiwá, mas no ano de 1998 reivindicaram sua independência, saindo das terras Kambiwá e ocupando terras tradicionais que encontram-se em estudo para futura demarcação e promulgação. Todas essas etnias

acabaram sendo extintas, ou para sobreviverem, tiveram que unir-se entre si, para assim manterem-se vivas. Desta forma, as que se uniram acabaram mesclando-se e como consequência, perderam sua origem, costumes próprios e cultura, o que se torna uma verdadeira lástima para a história não só destes povos, mas para todo o país.

O Povo Pipipã foi reconhecido pela FUNAI em 2003, mas apesar desse reconhecimento, quase nada mudou na vida de tantos homens, mulheres e crianças, que continuam sendo “ignorados” e esquecidos pelas autoridades e órgãos que deveriam protegê-los e ajudá-los.

Violações dos direitos

As diversas violações para com os povos indígenas começam com o direito pela terra: em 1988, a promulgação da Carta Magna do Brasil, previa que em cinco anos aconteceria a demarcação das terras indígenas, mas, como muitas vezes acontece no país, restou-se apenas a promessa escrita na Constituição brasileira.

As terras tradicionais indígenas são constantemente ameaçadas, não só por latifundiários, como também pelo próprio governo, que acaba utilizando-as para a construção de hidroelétricas, de canais de transposições de água, de estradas que em nome do progresso matam e destroem os índios, os animais e o meio ambiente.

Apesar de a Constituição assegurar aos nativos o direito pela terra, esse direito não é de fato vivido ou cumprido: o Estado brasileiro passa a ideia de que tutela o índio, dizendo assim, que os indígenas são incapazes de viver sua liberdade plena. Será que a ideia de tutela não é uma tentativa de submissão? Sob o pretexto de “cuidar” os mantém sob seu controle. Os tutelados acabam não tendo o poder sobre suas terras demarcadas, ficando assim à mercê do que é decidido pelos órgãos governamentais.

Depois de 22 de abril de 1500, quando os portugueses chegaram a Santa Cruz Cabralia na Bahia, foram recebidos por vinte nativos e assim a tragédia teve início na terra chamada Brasil. A destruição aliada às doenças, guerras, escravidão e exploração reduziram expressivamente os nativos do Brasil. Ao longo do período colonial, o que se viu foi uma busca constante pela sobrevivência, desenvolvendo-se mecanismos para fugirem dos agressores.

No século XX, a população indígena formada por diversas etnias organizam suas reivindicações, lutando por suas terras tradicionais, cultura e espaço na sociedade. Entretanto, no século XXI, os nativos pouco avançaram nas suas reivindicações. Apesar de sobreviverem a tantas lutas, eles continuam de pé e em busca de direitos e conquistas.

O desejo dos dominadores do agronegócio é exterminar os nativos, para ocuparem suas terras, mas o que tem acontecido nos últimos anos é o crescente aumento das sociedades indígenas, causando assim, entraves nos projetos dos grandes interessados, que não vêem tais sociedades como sendo cidadãos de direitos, pois sua ganância não respeita a vida humana e o que é colocado em primeiro lugar é o capital que busca a destruição de homens, mulheres, crianças, bem como sua cultura e religião.

Ao longo da história, no pensamento dos dominadores, os índios são vistos como bandidos; não sendo possível compreender que os povos indígenas querem, na verdade, é a preservação da natureza, de suas terras, de seus rituais com suas crenças e sua maneira de ser e de agir dentro do universo cultural e mitológico.

A história nos mostra que indígenas de modo especial “... mulheres e seus filhos eram, encontrados perambulando pelas estradas de Pernambuco, e foram vendidos como escravos” (RIBEIRO, 2009, p.75): e que:

As primeiras tentativas de fazer escravos não visavam a utilizá-los no Brasil. A nau bretoa de cujas atividades temos notícias, já levava, em 1511, 35 escravos embarcados em Cabo Frio. Martim Afonso tinha o direito de mandar 48 escravos por ano do Brasil para Portugal. Duarte Coelho e outros donatários podiam mandar 24, além de utilizar outros na guarnição de navio.

O Brasil exportou escravos antes de importá-lo, diz um historiador. Não há prova direta da escravidão negra no Brasil no tempo dos donatários, embora Martim Afonso e outros já tenham trazido alguns. O tráfico regular de negros teve início em 1568, uma vez que era muito mais barato apanharem-se escravos índios na mata do que pagar 20 a 30 libras inglesas por “peça” trazida da África (RIBEIRO, 2009, p. 37).

No período colonial, o eurocentrismo predominante desprezava a cultura e os saberes dos povos que já habitavam o Brasil; pensavam que eles fossem “um papel em branco” no qual poderiam ser impressos os pensamentos do dominador. Esse

pensamento remetia à teoria do filósofo empirista John Lock (1632-1704), que defendia a ideia da tabua rasa, ou seja, o homem ao nascer é considerado um papel em branco, sem ideia, sendo adquirido o conhecimento a partir de suas experiências.

Os padres da Companhia de Jesus que aqui se encontravam comungavam da mesma ideia empregada na pedagogia quando “considerava o indígena uma tabula rasa, “um papel em branco” em que tudo se pudesse imprimir e nisso residiu o grande erro da pedagogia jesuítica, calcada no seu eurocentrismo e no total desprezo pelas culturas tribais” (RIBEIRO, 2009, p. 53).

“Os índios eram também empregados nas plantações de tabaco no Norte do Brasil, em meados do século XVII, que também passou a ser mercadoria-moeda” (RIBEIRO, 2009, p.59). A mão de obra indígena parecia ser inesgotável para os exploradores, que não se preocupavam com a vida deles e quando morriam, entravam sertão a dentro para aprisionar e escravizar outros mais que os substituíssem.

“A cada ano, entre 1620 e 1720, eram organizadas expedições de caça ao índio, autorizadas oficialmente ou não. Calculando-se um total de mil a dois mil índios descidos anualmente para a venda nos mercados de escravos de Belém e São Luiz, há que admitir o elevado número de 100 a 200 mil índios consumidos durante um século” (RIBEIRO, 2009, p. 63)... “Os índios arrebanhados eram vendidos no mercado de escravos, tornando-se o grande “negócio” de uma casta de gente que buscava avidamente o enriquecimento” (RIBEIRO, 2009, p. 65).

A discriminação

Passados 516 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, a discriminação se faz presente, ainda hoje, no dia a dia do índio, seja ela pela cor da pele, cabelo, olhos, maneira de falar, alimentar-se ou por frequentar uma universidade. Muitos, com medo de represália, nas instituições de ensino ou em qualquer outra parte, não assumem a sua identidade, para não sofrerem discriminação. Quando alguém declara-se índio logo vêm as perguntas ou afirmações: “Você é índio?” “Por que você está usando roupas?” “Com essa cor de pele e com esse cabelo assim você não é índio!” “Eu nunca vi índio branco”... Essas reações vêm muitas vezes de quem não esperamos.

Tomo a liberdade para falar de um acontecimento ocorrido no curso de Pedagogia de uma instituição de ensino na cidade de Floresta, no Estado de Pernambuco. Nessa

região habitam as etnias Pipipã, Kambiwá, Truká, Atikum, Pankará, Pankararu, Tuxá, Pankaiuká, Kapinawá, Xucuru e Funi-ô. O professor, em plena aula pergunta: “Há entre nós indígenas?” Os colegas de sala responderam: “Sim, temos três índias.” Então o professor pediu para que elas falassem um pouco da cultura da aldeia. Uma índia, de pele branca, começou a relatar a vida na sua aldeia. O professor interrompeu a fala da aluna e perguntou: “Você é índia? Tem certeza?” A aluna continuou a descrever a aldeia e ao terminar falou: “O senhor está com preconceito? Eu não tenho culpa da mistura ocorrida!” Observa-se com esta simples, mas verdadeira história que o preconceito para com o povo indígena é manifestado de diversas formas, até mesmo duvidando-se da capacidade intelectual, isso sem mencionar o fato de serem tachados de preguiçosos e de inferiores.

A discriminação indígena na educação ocorre bem antes da Universidade: é possível citar-se como exemplo a aldeia da Pedra da Tinideira, onde existe uma casa de alvenaria chamada de “escola” e funciona como extensão de uma escola estadual da rede oficial de educação do Estado de Pernambuco. Nesta sala, são colocados crianças e adolescentes para estudar e uma professora leciona para os alunos do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental. Na mesma sala, há crianças e adolescentes entre nove e dezesseis anos. Muitas vezes, as crianças e os adolescentes não possuem condições de ter um lanche, sendo obrigados a permanecer na sala de aula com fome. É sabido que qualquer ser humano precisa do mínimo necessário para reter o conhecimento. É possível reter conhecimento assim? Não é necessário ser uma autoridade em educação, para saber que a distorção de idade e ciclo de aprendizado se explica por si mesmo. O garoto que está com dezesseis anos no quinto ano fundamental está lá por quê? Será que essa professora por mais boa vontade que tenha, está habilitada para atender a esses estudantes, que procuram adquirir conhecimento? Qual é o verdadeiro papel da Fundação Nacional do Índio? A cada dia, o direito dos povos indígenas é desrespeitado, pois os índios foram massacrados, roubados e na atualidade, roubam-lhes também o sonho de ter uma educação de qualidade (BATALHA, 2015).

As discriminações e preconceitos, muitas vezes e infelizmente também ocorrem entre os próprios indígenas: Os Pipipã por muito tempo tiveram ao lado dos Kambiwá, uma grande discordância de tradição religiosa e cultural: houve até uma eleição para ver se continuavam com os Praiás ou só com o saïote. A disputa se dava com o grupo liderado por Expedito Rozeno que ocupava a função de pajé e Luciene,

que na época era vereadora do município de Ibimirim. Após eleições conflituosas, Expedito Rozeno foi deposto da função de pajé em agosto de 1998. Com a derrota, o líder se colocou em retirada da aldeia Ilexandra (aldeia sede dos Kambiwá) e foi embora com o grupo que o apoiava, fundando outra aldeia dentro das terras Kambiwá e dando o etnônimo de Pipipã de Kambixuru. O local escolhido para fixarem moradia foi o Travessão do, próximo à Serra do Periquito, no Km 29 da BR-360 no município de Floresta-PE.

Em 2010 houve outra cisão na aldeia do Travessão do Turo: o desentendimento se deu com o líder Expedito Rozeno e devido às desavenças na aldeia, outro grupo, que se auto declarou os verdadeiros Pipipã, fundaram outra aldeia, pois não concordavam com a administração dos seus líderes. Partiram em retirada para terras tradicionais, porém fora das terras Kambiwá, dando o nome de aldeia Pipipã Pedra Tinideira (no Município de Floresta). A nova aldeia foi fundada em 19 de abril de 2010, tendo Alirio como cacique.

Aos poucos, foram reconhecidos pelas instituições municipais, estaduais, federais e pela FUNAI, que gradativamente começou a prestar-lhes assistência. A índia Aparecida Queiroz, informa que:

Na outra aldeia havia muita humilhação com nossa gente. Desde que o novo cacique assumiu o cargo de liderança, as cobranças eram constantes em cima de professores, pais de alunos e das famílias. As famílias que não obedecia não recebia nenhum benefício. Os professores eram demitidos. Na nova aldeia havia muito preconceito para com o nosso grupo, o racismo era eminente; quando era para apresentar a lista com os nomes para conseguir benefícios, éramos índios, mas quando os benefícios chegavam, não éramos mais índios.

Esses índios “excluídos” se organizaram e formaram uma nova sociedade. Com essa organização lutam contra o racismo, não só do outro grupo mais de toda a sociedade. O objetivo é voltar às origens dos antepassados, celebrando os rituais no Terreiro, na Serra Negra e dando impulso à Mesa de Cura e maior visibilidade aos Praiás e ao Ritual da Jurema, que por muito tempo foi esquecido.

Considerações finais

Hoje, mais do que nunca, precisa-se “descolonizar” mentalmente para compreender o processo implantado no período colonial e que sobrevive na atualidade, sendo mascarado pelo progresso. Defender as diversas culturas dos povos indígenas, é defender o princípio da identidade brasileira, que ao longo da história nos ensina a respeitar a natureza, não destruindo o meio ambiente, pois nele a vida clama por justiça. Além disso, ao defender, respeitar e ajudar os nativos brasileiros (todas as tribos e povos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos europeus), também se está contribuindo para a manutenção e sobrevivência da verdadeira cultura brasileira. Lutar para manterem-se vivas as tradições, cultura, ritos e língua destes povos é de suma importância, para que não aconteça o que ocorreu com outros povos (Incas, Maias, Astecas, entre outros) que acabaram desaparecendo ou sendo “engolidos” pela civilização moderna.

Bibliografia:

BARBOSA, Wallace de Deus. *Pedra do encanto: dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipã*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2003.

BATALHA, Valmir dos Santos. *Os Pipipã e a resistência*. In. Revista artigo. Disponível em:<<http://www.revistaartigo.com.br/os-pipipa-e-a-resistencia/>>. Acessado em 17/06/2016.

FRESCAROLO, Frei Vital de. *Informações sobre os Índios Bárbaros dos Certões de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethografico do Brazil. Tomo XLVI Parte I. 1883.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Bárbaras guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

RIBEIRO, Berta. *O índio na historia do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.